



# AS DESCONCERTANTES IDENTIDADES SURDAS

## THE DISTURBING DEAF IDENTITIES

Nahla Yatim 1

Filipe Augusto da Veiga 2

Roselandia Maria Serra Coelho Rocha 3

**Resumo:** A cultura surda proporciona um caminho para as pessoas com surdez se reinventarem e permearem o caminho da inclusão. Neste artigo, propomos apresentar os resultados de nossas buscas teóricas acerca da desconcertante "identidade surda", algumas categorizações e a importância fundamental da língua de sinais como principal elemento da comunicação surda e de sua cultura. Tem como objetivo responder: é possível que as identidades categorizadas neste estudo situam os surdos como partícipes da sua construção de identidade étnico-linguística? Com ênfase na metodologia de estudo/análise bibliográfica, problematizamos qualitativamente esse processo de categorização identitária de pessoas surdas, tecendo paralelos da sua convivência com as pessoas ouvintes. Como a pesquisa está em andamento, não há dados conclusivos definitivos. Contudo, apresentamos conclusões parciais nas considerações.

**Palavras-chave:** Identidade. Surdos. Identidade Surda. Cultura Surda.

**Abstract:** Deaf culture provides a path for deaf people to reinvent themselves and permeate the path of inclusion. In this article, we propose to present the results of our theoretical investigations about the disconcerting "deaf identity", some categorizations and the fundamental importance of sign language as the main element of deaf communication and culture. It aims to answer: is it possible that the identities categorized in this study place deaf people as participants of the construction of their ethno-linguistic identity? With a methodological emphasis on bibliographic analysis, we qualitatively problematize this process categorizing the identity of deaf people, drawing parallels to their coexistence with hearing people. As the present research is ongoing, there are no final conclusive data, nevertheless this article presents some partial conclusions.

**Keywords:** Identity. Deaf People. Deaf Identity. Deaf Culture.

- 
- 1 Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na UNIOESTE. Mestra do programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução pela UFSC. Especialista em Educação de Surdos pelo IFSC. Graduada em Letras/LIBRAS pela UFSC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7487301036205921>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8913-1944>. E-mail: [nahlayatim@gmail.com](mailto:nahlayatim@gmail.com)
  - 2 Mestrando do programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras na UNIOESTE. Especialista em Libras pela UNICENTRO. Graduação em Letras/Libras pela UFSC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6179072225185610>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9144-0049>. E-mail: [augustodaveigafilipe@gmail.com](mailto:augustodaveigafilipe@gmail.com)
  - 3 Professora efetiva do IFBA. Pós-doutoranda pela UNIOESTE. Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Mestra em Práticas Sociais pela EST. Especialista em Metodologia do ensino superior e em educação, ética e cidadania. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9606831522434995>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0604-8334>. E-mail: [roselandiac@yahoo.com.br](mailto:roselandiac@yahoo.com.br)



## Introdução

Desde o século XV, algumas famílias de linhagem nobre passaram a fazer a educação oral de seus filhos surdos devido à declaração de São Paulo, na Carta aos Romanos, que versa: “a fé provém de ouvir”, a qual foi mal interpretada por muito tempo, no sentido de discriminar como incréus aqueles que não podiam ouvir. A decorrência dessa exortação levou Roma a não permitir que propriedades fossem herdadas ou concedidos títulos de posse se o titular não pudesse se confessar. Na época, a maioria dos surdos se valia para se comunicar dos sinais básicos que podiam formular. Em ambientes urbanos, essa forma de comunicação evoluiu para sistemas coerentes. Em meados do século XVIII, o abade De L'Épée buscou uma vocação entre os surdos pobres de Paris e foi uma das primeiras pessoas ouvintes a aprender essa língua. O abade valeu-se desse conhecimento para ensinar pessoas surdas a ler e escrever. Era a aurora da emancipação. L'Épée fundou o Instituto para Instrução de Surdos-Mudos, em 1755.

No início do século XIX, o reverendo Thomas Gallaudet, de Connecticut, interessou-se pela educação de uma criança surda. Foi para a Inglaterra a fim de obter informações sobre a pedagogia dos surdos. Os ingleses alegaram que o método oral que usavam era secreto. De temperamento determinado, o reverendo foi para França onde foi acolhido calorosamente pelo Instituto de Surdos e convidou o jovem Laurent Clerc a retornar com ele e fundar uma escola. Os cinquenta anos seguintes foram profícuos para a língua de sinais francesa que se misturou a sinais caseiros americanos, agregando o dialeto de sinais da ilha de Martha's Vineyard (onde havia uma linhagem de surdez hereditária) formando, assim, a língua de sinais americana (ASL).

Posteriormente, quando os surdos se tornaram amplamente funcionais, foram “instigados” a usar a voz. Alexander Graham Bell liderou o movimento oralista do século XIX, que culminou com o primeiro encontro internacional de educadores de surdos, o Congresso de Milão, de 1880, com um decreto proibindo o uso de “manualismos” (uma palavra depreciativa para a língua de sinais) para forçar a oralidade das crianças. Mais tarde, com o advento da Primeira Guerra Mundial, cerca de 80% das crianças surdas foram educadas sem a língua de sinais. Essa situação prevaleceu na América por meio século.

Uma declaração impactante foi feita por George Veditz, ex-presidente da Associação Americana Nacional de Surdos (ANS, 1913): “Uma nova raça de faraós que não conheceu José está tomando a terra. Inimigos da língua de sinais, eles são inimigos do verdadeiro bem-estar dos surdos. A minha esperança é que todos nós amemos e guardemos nossa bela língua de sinais como a mais nobre dádiva de Deus para as pessoas surdas”. Segundo Solomon (2013), os surdos eram considerados idiotas e, na língua inglesa, eram chamados de “dumb” [mudo] para descrever uma pessoa pateta, ainda que esse autor considerasse que tais limitações eram consequência de negar-lhes sua língua.

Solomon (2013) afirma: o fato é que os estudiosos não percebiam que a língua de sinais podia ser uma língua completa. Isso acontece, prossegue o autor, até o linguista William Stokoe publicar seu revolucionário livro, *Sign Language Structure (A estrutura da Língua Gestual)*, em 1960, demonstrando que aquilo considerado um sistema grosseiro de comunicação gestual tinha uma gramática própria, complexa e profunda com regras e sistemas lógicos.

Stokoe explica que a língua de sinais depende predominantemente do hemisfério esquerdo do cérebro (o hemisfério da linguagem que, em pessoas não surdas, processa a informação sonora e escrita) e, em um grau muito menor, do direito (que processa a informação visual e o conteúdo emocional dos gestos). Portanto, os surdos utilizam as mesmas faculdades essenciais que os ouvintes para aprender línguas como inglês, francês, chinês e outras.

Ao tratarmos de perspectivas teóricas e conceituais, é preciso ter em mente a inquietação com o ser humano. Um ser diferente que requer a atenção para despertar na intensidade de sua diferença, no vislumbre de seu outro lado vital. Desse modo, o objetivo desse artigo é discutir a identidade, a etnia e as categorizações da pessoa surda, evidenciando a importância da Língua Brasileira de Sinais – Libras – reconhecida pela Lei nº10.436/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº5.626/2005, como instrumento linguístico e cultural fundamental para a comunicação de pessoas surdas.

Nesse sentido, para uma mesma acepção, é possível termos múltiplas definições para

compreender a variação na categorização de identidades – neste caso, “identidades surdas” – uma vez que são estabelecidas de acordo com a língua e a cultura surda. É importante destacar que a maior motivação para esta investigação é o fato de eu ser uma pessoa surda e viver experiências cotidianas desafiadoras. A cada momento da pesquisa, descubro-me nas vitórias e nas frustrações das variadas pessoas surdas que estudo ou com quem compartilho as experiências sob o enfoque dos autores analisados. Suas lutas interiores e coletivas correm em minhas veias como o sangue que alimenta o meu corpo. Portanto, compreendo-me ocupando esse lugar de fala, no qual é possível emergir com maior profundidade nesta escrita. Afinal, eu não escrevo sobre os outros, expresso também meus sentimentos, desafios, desabafos e minhas indignações. Envolve-me, participo e descrevo experiências comuns.

Esse tema, que pode parecer desconcertante porque traz em seu cerne reflexões sobre as categorizações que hoje são buscadas pelo povo surdo, também indica para a sociedade a problemática que envolve o “ser surdo” em um contexto capacitista. Nesse contexto, procuro me afirmar como uma dessas identidades surdas que enfrenta desafios cotidianos pelo protagonismo social, político, laboral e cultural e construo este trabalho com uma pessoa ouvinte.

Ao pesquisar dados dos movimentos políticos e sociais da atualidade, percebemos que não ocorreram muitos avanços. Historicamente, as pessoas surdas têm as suas identidades e seu protagonismo negados. Daí a importância de evidenciar, em nosso estudo, a atuação das identidades surdas, trazendo a problemática de como tem evoluído a questão da diferença que leva à categorização com ênfase nos diferenciados grupos. Nesse recorte, também discutimos a questão da rejeição dos surdos à normatização da língua. Para além dos territórios, enfocamos a questão identitária nas fronteiras<sup>1</sup>.

A investigação foi desenvolvida apoiando-se no levantamento de literatura sobre as categorizações das identidades surdas, com base em textos de Perlin (2016). Vale comentar tratar-se da primeira pesquisadora no Brasil a agrupar as identidades surdas (Perlin, 1998), cujo último trabalho com essa temática agrega outros autores, como Carvalho & Campello (2022), com a mesma ênfase. Os autores realizaram uma pesquisa em que categorizaram novas identidades surdas. Os textos foram selecionados como referências porque maturam discussões fundamentais para a base de demonstração das categorias de identidades surdas. É importante ressaltar que Perlin, Carvalho e Campello amadureceram sua pesquisa por seis anos.

## Etnia surda e diferenciação social

Diante de uma cultura com maioria ouvinte, nossa cultura é denominada “étnica”. Convenhamos com Barth (1998) e Poutignat & Streiff-Fenart (1998) que a etnicidade existe como forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas diferentes por raça ou língua. Tratamos aqui da “etnia linguística”, na perspectiva de Barth (1998), quando infere que todas as situações de enfrentamento social, como a discriminação e o preconceito, são circunstâncias bem comuns para essas etnias que transitam em um circuito que tem ampla influência para a construção de suas identidades, nesse caso, a “identidade surda”.

A problemática que se anuncia é: E se as pessoas surdas aceitassem a situação de invisibilidade e não criassem uma identidade contrária a tal situação? No entanto, sabemos que é da tempera dos surdos de reagirem a fim de ter visibilidade e representatividade suficiente para ser “aquele que não tem voz”, mas se articulam política e socialmente para fazer-se ouvir. Considerando esse aspecto, vamos interpretar algumas situações cotidianas aflitivas para as pessoas surdas, colocando duas circunstâncias em evidência para melhor compreensão da dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes. Perlin categorizou a principal diferença dessas identidades surdas típicas: ‘identidade surda’ e ‘identidade surda incompleta’:

*Identidade surda* - são as pessoas surdas que usam o meio visual de comunicação, a língua de sinais e as formas diversificadas de usar a comunicação visual. Através de

1 Ressaltamos tal questão por vivermos em Foz do Iguaçu, Paraná, na região da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

experiências visuais essa identidade cria um espaço cultural visual dentro de um espaço cultural diverso).

II *Identidade surda incompleta* - ocorre quando os surdos vivem a partir da ideologia de se tornarem ouvintes. Nessa circunstância há certa naturalização tendenciosa das pessoas ouvintes entrarem em contato com pessoas surdas, de forma a impor a cultura dominante dos que ouvem (Perlin, 2016, p. 63- 67).

No último caso efetivamente, ocorre a negação da identidade do surdo, prevalecendo a de pessoas ouvintes. Um exemplo comum é a existência de surdos com essas duas identidades no espaço escolar, em uma sala de aula, na qual um estudante tenta ser ouvinte e demonstrar para os outros que o surdo “oralizado”, possuidor, muitas vezes, da identidade incompleta, transmite a ideia de ser superior ao surdo sinalizante, que resiste à cultura homogênea e defende o seu direito de ser diferente, de “*ser surdo*”.

Locupletando as experiências expostas, emerge a questão da opressão como elemento coercitivo e constrangedor às pessoas surdas, em diversas situações, envolvendo os dois grupos (ouvintes e surdos). Nesse caso, há uma tentativa do grupo que representa a maioria de transformar os surdos em pessoas que ouvem, ignorando a identidade surda, sua linguagem e sua forma peculiar de comunicação. Pretende-se uma espécie de anulação à existência da língua de sinais e de sua aplicação para que se efetive a comunicação entre surdos e ouvintes.

Deslocando o exemplo: até mesmo no relacionamento afetivo ou amoroso, quando uma pessoa surda sinalizante que não gosta de oralizar aproxima-se de uma pessoa ouvinte que não sabe Libras e emergem conflitos comunicacionais. Situações domésticas como essas podem impulsionar outros processos de cunho positivo: a pessoa ouvinte tende a aprender Libras para melhor se comunicar e se aproximar da pessoa surda. Esse aspecto linguístico e convergente também promove a interação cultural: a pessoa ouvinte passa a adquirir aspectos da cultura surda e de sua identidade mutuamente.

Como afirma Perlin: “As identidades surdas estão aí, não se diluem totalmente no encontro ou na vivência em meios socioculturais ouvintes” (Perlin, 2016, p. 54). De um lado, é louvável que tal evento não aconteça, senão teríamos a extinção da cultura surda, como historicamente tantas vezes foi tentado. Por outro, a intersecção promove modificações que culmina no enriquecimento cultural diante das alterações. Contrariamente, também pode acontecer uma situação de cunho negativo e a pessoa surda se retrair ao convívio social e negar sua identidade.

De forma mais concisa, as identidades citadas por Perlin são as que coincidem com a identidade imposta sem rejeições, sem demonstração reativa ou tentativa de expansão e de resistência. Sob outra perspectiva, a autora também faz referência à identidade daqueles sujeitos que se constroem social e politicamente e conseguem alcançar seus objetivos enquanto cidadãos de direitos e deveres em uma culminância de inclusão social.

Além disso, somos levados a pensar na construção de identidades surdas em contexto de fronteiras territoriais. O mais comum na cultura surda é que pessoas com surdez ao entrarem em outro país necessitam saber o idioma oficial daquele país na sua modalidade escrita para facilitar a comunicação. Quando isso é inviável, elas buscam surdos nativos para poderem se comunicar em sinais internacionais. De acordo com Granado (2019, p. 159): “Sinais Internacionais” é considerado uma língua franca, e recentemente tem sido usada pelo mundo todo em eventos internacionais e nas viagens”.

Levantando as dificuldades próprias da situação de comunicação internacional, podemos citar o seguinte exemplo: há famílias que vivem em dois países, os pais no Paraguai e o filho(a) surdo(a) no Brasil. No caso de alguns surdos paraguaios, a decisão de morar longe da família é motivada pela opção de o sistema educacional brasileiro de surdos ser mais respeitado. Entretanto, morando no Brasil, o surdo estrangeiro tem o desafio de aprender e interagir com aspectos da cultura brasileira distinta daquela vivenciada em seu país, além da língua de sinais brasileira. Ainda

assim, são mantidos aspectos da sua identidade, *in casu*, da sua cultura paraguaia devido ao constante contato com a sua família.

## **Surdos no despertar da cultura e da identidade como grupo social étnico**

Como afirma Silva (1998), só podemos construir uma identidade na medida da diferença em relação a um outro. Trata-se de um processo de inter-relação entre os grupos sociais e de relação construída com as diferentes culturas, bem como a identidade do grupo social culminando em diferentes identidades étnicas.

Com os estudos de Bhabha (1991), podemos perceber a dimensão da “alteridade cultural” para o movimento surdo. Ou seja, o que diferencia os grupos culturais na perspectiva desse autor culmina na teoria do *différence*. Isso significa que, na diferença, a alteridade é um símbolo e não um signo. É um ponto de equidade/igualdade. Daí sua ênfase: “Nega-se qualquer conhecimento da alteridade cultural enquanto um signo diferencial, implicando condições especificamente históricas e discursivas, solicitando uma construção de práticas e leituras diferentes” (Bhabha, 1991, p. 180). Fica explícita sua posição da inadequação histórica tipificada como “pessoa diferente” e que não basta a conquista de direitos, sobretudo espera-se a irrupção das barreiras atitudinais.

Sem dúvida, o discurso de Bhabha (1991) nos inspira a repensar sobre os significados de alteridade cultural para o “povo surdo”. Nessa perspectiva, agregamos a ideia de Derrida (2003), cujo entendimento é o da diferença pela diferença. Isto é, para os autores mencionados, cada cultura/cada identidade é marcada pela diferença. E conhecer esse outro lado é reconhecer que devemos perceber o mundo pelo ponto de vista do outro, entender certas inquietações, suas justificativas, seus modos de entender o mundo, suas lutas e seus pontos de vista e frustrações.

Diante disso, nossos apontamentos nos levam a refletir sobre os significados daquilo que somos levados a acreditar sob o mote da igualdade, na qual supostamente somos todos iguais. Essa é a teoria reproduzida pela globalização que, no dizer de Bhabha (1991, p. 180-181), “nega-se qualquer conhecimento da alteridade cultural”, o que implica abjurar as diferenças culturais e identitárias. Precisamos abordar e discutir a questão da globalização, seus efeitos e os aspectos de exclusão que estão em seu bojo.

O caráter globalizante não está na questão do bem ou do mal, pois aparentemente visa prestigiar a todos com o direito à igualdade. Entretanto, essa homogeneização social não favorece o signo diferencial como atributo cultural ou identitário. Bhabha (1991, p. 181) ensina, a nosso ver acertadamente, que devemos compreender o signo diferencial como um discurso a favor da diferença. Essa ideia vem reforçada por Strobel (2007), que enfatiza o caráter da diferença daqueles que ela denomina “povo surdo”<sup>2</sup>. Essa expressão vai ser clivada neste artigo como um mote ao conjunto de pessoas com surdez.

Vale a pena transcrever o desabafo de Strobel, estamos cientes de que vivencia, na condição de pessoa surda, todas as dificuldades do cotidiano na convivência social:

A sociedade não conhece nada sobre povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, “que pena”, ou lidam [conosco, os surdos] como se tivessem “uma doença contagiosa” ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento (Strobel, 2007, p. 21).

Reconhecemos com Strobel que há inúmeros motivos pelos quais a sociedade se nega a reconhecer a *différence* cultural e identitária (Bhabha, 1991) e, por conseguinte, nega, invisibiliza ou ignora a presença do surdo. Os surdos, como sujeitos de um grupo cultural e identitário diferente,

2 Conforme Padden & Humpries (1988), denominamos “povo” quando nos referimos aos surdos unicamente. Também temos tendência a considerar o “povo surdo” como etnia. Os surdos são parte dos grupos considerados subalternos divididos entre etnias raciais ou linguísticas. Podemos, portanto, ser considerados uma etnia linguística.



obviamente se constituem como grupo étnico ou povo. Alusão bem apropriada fez Berthier (1803-1886). “Nós surdos somos um povo sim, claro! Temos cultura, identidade, história feita por nossos ancestrais<sup>3</sup>, temos também pedagogia, leis, língua, literatura. Isso tudo faz parte de nosso acervo cultural” (Informação verbal)<sup>4</sup>

Podemos debater dois pontos que interferem nessa aceitação prescrita por Berthier. O primeiro ponto seriam as dificuldades do contato com o sujeito surdo. Muitos ouvintes não sabem como interagir e qual deve ser a melhor estratégia para o primeiro contato. Inclusive é possível afirmar que o principal entrave é a diferença linguística, afinal, surdos e ouvintes possuem línguas diferentes, sendo de modalidades diferentes – o Português oral auditivo e a Libras visual espacial.

Um segundo ponto trata do estranhamento que essa diferença linguística causa, principalmente por usar as mãos, o corpo e as expressões faciais. Além disso, é fato que o processo de aprendizagem da língua de Libras é mais difícil para ouvintes, devido à distinção da modalidade não permitir aos aprendizes ter uma base linguística parecida como elemento facilitador do processo de aprendizagem.

Nessa dimensão, além de abarcar todo esse conhecimento descrito até aqui, o ouvinte da nossa tríplice fronteira precisa entender que lá, do outro lado da fronteira territorial de sua língua, também existem surdos com suas identidades, com sua cultura, com seus idiomas, com a própria língua de sinais. Como afirmam Quadros e Karnopp (2004, p. 33), “[...] cada país apresenta sua respectiva língua de sinais”. Esse também é um elemento diferencial e desafiador para o “povo surdo”. Compreendemos, como Gesser (2009), que não há uma universalidade linguística para surdos, o que de certa forma os aproxima de todos os formatos de línguas que conhecemos. O autor ainda enfatiza a “questão das influências de uso” (Gesser, 2009, p. 12). Assim sendo, não há uma generalização ou uniformidade. Cada fronteira, cada país terá sua variação de acordo com as suas influências socioculturais.

A problemática que se coloca diante da inconformidade linguística e a sua repercussão no contexto da globalização diz respeito à ideia da necessidade de uma normativa de padronização da língua de sinais para o “povo surdo”. Trata-se de uma proposta não aceitável. A alteração ocorre exatamente porque o movimento das pessoas surdas não quer o mesmo padrão da língua de sinais brasileira. A normativa nesse sentido se afigura inadmissível.

Se para as pessoas ouvintes esse não chega a ser, necessariamente, um empecilho, não podemos fazer a mesma afirmação quando se trata do “povo surdo” (Strobel, 2007) cuja culminância dos estereótipos originados pela padronização causa sofrimento. Na verdade, trata-se de ideias preconcebidas, como: “todo surdo é mudo”, “Libras é uma linguagem” (trata-se de uma língua!); “todo surdo consegue fazer leitura labial”, etc.

Cabe-nos questionar: Em que medida a normativa pode afetar o “povo surdo”? Acreditamos que a normativa leva os surdos a julgamentos negativos a respeito de suas ‘identidades surdas’. E como solução buscará o aceitável pela sociedade que é a padronização, a rotulagem, a normativa. Essa pseudo solução negacionista identitária, algumas vezes, conduz os surdos à solidão social.

Vivemos em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Com isso, os próprios surdos, que pesquisam sobre as opressões constantes, trazem relatos como Perlin o fez: “O caso dos surdos dentro da cultura ouvinte é um caso em que a identidade é reprimida, se revela e se afirma em questão da original” (Perlin, 2016, p. 53). Isto é, se na primeira hipótese, deparamo-nos com a reatividade negacionista, outras experiências também emergem, conforme os estudos dessa autora: mostram os surdos na luta pelos seus direitos, reforçando suas identidades distintas, múltiplas e multifacetadas em sua forma de entrar no mundo, de pensar, agir e ver o mundo ao seu redor. Entretanto, essa reação do “povo surdo” não é pacífica para as pessoas ouvintes, muitas vezes, resultando em um choque relacional. Essa coalizão mostra um dos impactantes efeitos da globalização sobre o coletivo de pessoas excluídas.

3 Souza e Rodrigues (2021) atribuem a Berthier (1803-1886) o relato de que a história dos surdos se inicia na antiguidade com as conhecidas atrocidades realizadas contra eles pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado. Esse autor também luta contra a imposição do oralismo e deixa o legado de uma pedagogia para os surdos cuja base é o ensino em língua de sinais.

4 Fala de Autora anotada em debate com outros autores.

## Cultura e etnia do “povo surdo” por meio do empoderamento da língua de sinais

Uma das bases para identificar a cultura surda é a língua de sinais, língua materna dos surdos, embora esta erroneamente tem sido colocada em oposição às línguas orais. Em contrapartida, a língua de sinais não é ágrafa como muitas línguas. A atual escrita de língua de sinais se iniciou em 1974, a partir de um sistema desenvolvido por Valerie Sutton, dançarina estadunidense. A modalidade escrita de sinais contribui para registro da língua e, conforme Stumpf (2005) observou, o desenvolvimento dessa escrita ainda está em fase inicial no Brasil, ainda que alguns espaços venham se dedicando à pesquisa nesse campo como, por exemplo, instituições de Ensino Superior ou estudos de grupos de pesquisa em universidades.

Além disso, a língua de sinais é o elemento que identifica a etnia da pessoa surda. É possível perceber, em alguns autores, entre eles Barth (1998), a taxonomia que divide as etnias em raciais e linguísticas. De acordo com o autor, temos fronteiras sociais que merecem atenção, não havendo, porém, as chamadas contrapartidas territoriais.

Para Reis (2007), em relação à construção e vinculação de valores, “a cultura surda permite fazer emergir a identidade; permite vincular valores para se construir, ou seja, adquirir língua de sinais; permite identificar os valores surdos” (Reis, 2007, p. 91). Desse modo, o autor destaca a importância da identificação da pessoa surda que assume a postura ‘de ser quem é’ na diversidade das posições que venha a ocupar (pluralidades) e diante das antinomias que surjam. A autora constata que a cultura surda manifestada significa, para o sujeito surdo, não apenas um modo de entender e adaptar-se ao mundo, tornando-o acessível. Sobretudo, é a maneira de o sujeito surdo manifestar sua comunicação e a forma de se exprimir por meio do idioma e “valorizar o seu ser” (Reis, 2007, p. 91). Nesse sentido, a etnia se constitui em relação à diferença.

Portanto, quando uma criança é diagnosticada com surdez, os pais deveriam buscar o “povo surdo” ou a comunidade surda, ou etnia surda (são todas denominações em uso para o agrupamento dos surdos). Muitos filhos surdos de pais ouvintes, talvez porque os genitores estejam assustados ou em pânico, são impedidos ou não encontram seus pares étnicos culminando em um possível atraso cultural.

Outros pontos precisam ser examinados quanto à abordagem do comportamento dos familiares de pessoas surdas: em que medida esse ‘isolamento’ repercute na problemática da aquisição cultural dos surdos? É muito provável que a aquisição da identidade e da cultura seja tardia, principalmente em relação às crianças. Os adultos surdos também podem ficar ‘perdidos’ porque não se identificam e não conseguem se comunicar com os ouvintes.

Com essa preocupação, vários pesquisadores do “povo surdo” têm feito investigação de suas rotinas e cotidianidade. Algumas explicações encontradas em nosso acervo de busca mostram argumentos capazes de dar conta da amplitude e diversidade de problemas e experiências dos surdos. Nessa mesma linha de pensamento, é importante considerar a seguinte provocação: a identidade surda é plural? Como se constitui essa identidade?

Não é uma resposta objetivamente simples. Muitas vezes, quando se trata de crianças, pode haver uma característica inata ou mesmo adquirida, estranha aos pais, cuja orientação, tratando-se de surdez, é a de que se deve adquirir a identidade de um grupo de iguais. Acreditamos que Solomon (2013) e Santana & Santana (2020, p. 5) indicam esse caminho: “[...] a Identidade Surda consiste no conjunto de influências e experiências adquiridas pelo surdo na comunidade surda”. Percebemos que, embora a constatação desses autores revele a importância da cultura, da identidade e da língua de sinais para a (re)construção da subjetividade da pessoa surda, poucos são os surdos que conseguem se sobressair socialmente por meio de um trabalho de normalização realizado por uma pessoa de identidade ouvinte. Quando isso ocorre, são casos isolados.

Em nossa investigação, é possível inserir que os surdos vivem ocultando suas identidades. Conscientizar as pessoas surdas, em nosso entendimento, é um trabalho difícil, exige bastante esforço. Porém, aqueles que buscam a sua identidade junto à coletividade de pessoas surdas revelaram como se sentem melhor vivendo nessa cultura e identidade.

Retomando os fios da argumentação que viemos tecendo e diante das articulações com os

autores que confirmam nossas observações, ousamos constatar que a cultura surda e a identidade surda contribuem para o fortalecimento e reconhecimento dos sujeitos surdos para suas identidades múltiplas e multifacetadas categorizadas de várias formas. Também comungam essa experiência de aprendizagens quando passam a conviver em espaços comuns.

## **Categorizações sobre identidades surdas negadas**

Ao nos depararmos com leituras sobre categorizações, elegemos a perspectiva de Hall (2000), a partir da crítica: “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 2000, p. 13). O autor está se referindo à multiplicidade dos sistemas de significação e representação cultural, capazes de passar por alterações ou modificações, e nos quais poderíamos nos identificar, mesmo que temporariamente, derrubando a ideia de segurança. Mesmo quando os surdos estão com seu grupo étnico, estes perpassam por mudanças e conflitos bem retratados por questões como: que identidade eu tenho? Qual identidade é a minha?

As pessoas surdas, em convivência na sociedade ouvinte, sempre precisam estar se fortalecendo, ocupando seu espaço de direito, ou seja, o surdo deve permanecer onde quiser estar. Por diversas vezes, ao utilizarem a língua de sinais em locais públicos, os surdos são zombados, ou pessoas riem dos surdos sinalizantes ou olham indiscretamente. Strobel (2008, p. 22) afirma que os sujeitos ouvintes presenciam “os sujeitos surdos com curiosidade e, às vezes, zombam por eles serem diferentes”. Diante disso, os surdos conseguem superar as asperezas e reagem a tais situações continuando a utilizar o seu idioma sinalizado. Isto é, a situação não causa desalento, contrariamente o “povo surdo” se fortalece.

Em decorrência desse movimento de resistência do “povo surdo”, foram criadas diversas associações de surdos, espalhadas por todo Brasil, como a ASSUFOZ<sup>5</sup>, ASGF<sup>6</sup>, dentre outras. A conexão política que articula o movimento dos surdos é motivada principalmente por situações em que sujeitos surdos provinham de famílias ouvintes. Essa premissa nos leva a sugerir que o único surdo de uma geração inteira e o único membro da família a ter uma cultura diferente, fazendo uso de um idioma diferente, tem a necessidade de encontrar seus pares, o seu nicho. Parece que Perlin nos apoia na condução do argumento, ao afirmar que a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade, com o outro igual. O sujeito surdo, nas suas múltiplas identidades, sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda (Perlin, 2016).

Com essas interações surdo-surdo, acontecendo principalmente dentro das associações, posteriormente com o fortalecimento de suas identidades em locais públicos, como shoppings, praças, ruas, bares, lanchonetes, restaurantes, ônibus, metrô, dentre outros, a comunidade surda foi desfazendo-se do seu medo de se comunicar em seu idioma, visibilizando-se para a sociedade ouvinte. Essas ações corroboram com a consolidação de suas identidades em caráter mais permanente.

Para Woodward (2014, p. 47), “uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra”. Nesse sentido, a identidade dos sujeitos, sejam eles surdos ou não, vai se produzindo e reproduzindo, criando significados e resignificando-os no constante contato entre os distintos. Colocando a questão em um cenário espacial, ao tratarmos da mesma situação de criação de identidade em uma cidade com uma população pequena ou alguma pequena cidade rural, emergem problemáticas específicas. Explicamos: em cidades com uma população menor, são estabelecidas relações proximais contínuas, em que quase todo mundo se conhece. Ao repensarmos a mesma ideia de construção de identidade no espaço de cidades grandes, entendemos que é preciso ampliar esse conceito.

Para compreendermos a situação, dialogamos com Perlin (2016), que elaborou um conjunto de categorias de pessoas com surdez a partir das múltiplas identidades surdas, cujas características eram diferentes. Esse estudo serviu para demonstrar, principalmente, a presença da heterogeneidade das identidades surdas. Nas páginas 63 a 67 do livro *A surdez: um olhar sobre as diferenças*, compilado por Carlos Skliar (2016), ficaram demonstradas as facetas diferentes desses

5 Associação de Surdos de Foz do Iguaçu.

6 Associação de Surdos da Grande Florianópolis.



sujeitos sociais. Tais categorizações feitas pela autora possuem nomenclaturas para diferenciá-las umas das outras, criando o seu próprio sistema de singularidade, embora, em alguns aspectos, tenham semelhanças.

A primeira identidade categorizada é a identidade surda que, segundo Perlin (2016), são as pessoas surdas que usam o meio visual de comunicação, a língua de sinais e as formas diversificadas de usar a comunicação visual. Por meio das experiências visuais, essa identidade cria um espaço cultural visual dentro de um espaço cultural diverso. Com isso, mantém intenso contato com outros surdos sinalizantes, fortalecendo sua identidade.

A segunda trata da identidade surda híbrida: são pessoas que nasceram ouvintes e, com o tempo, tornaram-se surdas. Há uma alternância no uso de diferentes identidades, em diferentes momentos. Esses surdos possuem a habilidade de alternar entre as identidades no momento da escrita da língua portuguesa e no momento da sinalização.

A terceira é a identidade surda de transição: são os surdos tratados como ouvintes para a reprodução de uma identidade ouvinte, passando pelo processo de transição de identidade surda quando os ouvintes entram em contato com surdos. É chamado de transição pelo fato de ocorrer uma passagem da representação ouvinte para a identidade surda de experiência visual. Isso acontece principalmente com os filhos surdos de pais ouvintes, em diferentes etapas de suas vidas.

A identidade surda incompleta é a quarta categoria. Tem tal nomenclatura porque esses surdos vivem a ideologia de se tornarem ouvintes e tendem, ao entrar em contato com outros surdos, impor a cultura dominante dos ouvintes que pensam fazer parte. Nesse processo, negam a identidade como 'ser surdo' e se assumem ouvinte. Certamente, com esse entendimento, assimilam a ideia de que a cultura ouvinte é superior à identidade surda.

A quinta e última categoria é da identidade surda flutuante: as pessoas surdas que vivem como ouvintes e querem ser ouvintes a todo custo. Repudiam a cultura surda, não possuem vínculo com a comunidade de surdos, outras pessoas com surdez são forçadas pelos familiares a viver assim. O mais controverso para aqueles que se encontram nessa situação é desconhecerem a quais das comunidades pertencem: a surda ou a ouvinte?

É possível afirmar que as cinco identidades categorizadas por Perlin (2016) são diferenciadas, mas, em muitos momentos, parecem se fundir e se tornam fluidas, especialmente porque a sociedade tende a pensar que muitos surdos têm a mesma identidade. Para combater o preconceito, vale citar o caso dos surdos ativistas políticos, que assumem com plenitude a sua condição de surdez e encabeçam lutas importantes pelos direitos do "povo surdo".

É considerável a circunstância daquele que nasce surdo, tendo uma família ouvinte que não respeita a sua condição de surdez e não incentiva sua identidade. Notadamente, nessas famílias, há uma tendência a tentar modificar a pessoa surda para "se esforçar" e tornar-se ouvinte. No dizer de Strobel (2007), trata-se de "uma identidade surda mascarada", dependendo do momento e da situação em que essa pessoa se encontra.

Carvalho & Campello (2022) continuaram o debate em torno de outras categorizações de identidades surdas. É deles o estudo mais recente realizado no Brasil. Além destes, vários outros autores se debruçam sobre as categorizações do "povo surdo" e nosso esforço é no sentido de buscar mostrar alguns pontos de vista capazes de indicar a complexidade da problemática que envolve o "povo surdo". No caso das categorizações de Carvalho & Campello (2022, p. 147- 150), trata-se de sete categorias, expostas a seguir.

A primeira categoria é a Identidade Surda com AASI (1): a inserção de aparelhos auditivos que auxilia nas relações familiares, fazendo com que o surdo se aproxime mais da família, podendo obter com o aparelho meios para se comunicar de maneira mais próxima, expressando-se com mais eficiência e podendo interpretar mais acertadamente o que os familiares estão lhe falando. A Identidade Surda com IC (2) refere-se ao implante coclear, mais conhecido como ouvido biônico. O implante coclear permite que o surdo volte a ouvir sons, em diversos casos é possível compreender a fala das pessoas, porém não é considerada uma audição normal.

Em relação à abrangência da Identidade Étnica dos surdos (3), Wrigley (1996) apresenta que as causas da surdez têm várias origens: alguns nasceram surdos por causas genéticas, outros por problemas que as mães tiveram na gestação. Daí o autor descrever a percepção dos surdos e o ato politizado de alegar uma surdez "nativa", ou seja, uma surdez de nascença, relacionada

à identidade positiva de não estar “contaminado” pelo mundo dos que ouvem e suas limitações epistemológicas do som sequencial.

Para este artigo, trazemos também o caso da singularidade linguística da “Identidade Surda Urubu-Ká’apor” e sua língua de sinais emergentes (4). Em uma breve retrospectiva histórica: no sul do estado do Maranhão, existem cerca de 10 aldeias de uma etnia indígena chamada Urubu-Ká’apor, que existe há mais de 300 anos. Em 1949, Darcy Ribeiro, um dos maiores antropólogos brasileiros, visitou o povo e fez um dos primeiros documentários sobre uma tribo indígena no Brasil. Em algum momento de sua história, os Ká’apor foram atingidos por um surto de boubá neonatal, que durou muitos anos. A doença infecciosa chegou a desencadear quadros de surdez em cerca de 2% da população. Em 1968, o linguista Jim Kakumasu observou que 7 pessoas eram surdas das 500 da aldeia (Lobato, 2017). Emergiu, desse fato, a necessidade de criarem uma língua de sinais própria, sem influência externa e que não era usada em nenhum outro lugar.

Identidade Negra Surda (5): de acordo com Ferreira (2018, p. 13), paira uma discussão sobre as designações terminológicas identitárias “surdo negro”, “surdo preto” ou “negro surdo”. Nesse estudo, em primeiro lugar vem a discussão sobre ser negro; depois, sobre ser surdo. Ou seja, o autor aponta que é notório o fato de que a cor chama mais à atenção do que a surdez.

Identidade Surda Unilateral (6): destacam-se, nessa categoria, os efeitos da perda auditiva unilateral, menores do que os causados pela perda bilateral, mas também podem ocasionar problemas. O surdo, sensorialmente, é muito abalado. Em presença de ruído ambiental, indivíduos com perda unilateral encontram maiores dificuldades que os ouvintes normais para compreender a fala, mesmo quando a orelha melhor está posicionada em direção à fala. A perda auditiva unilateral pode ser responsável por dificuldades na aprendizagem, alteração de fala e linguagem, além das dificuldades socioemocionais.

Identidade surdacega (7): obviamente, a surdez associada à cegueira traz um desafio ainda maior para a pessoa com essa deficiência. Para Carvalho & Campello (2022), mesmo sendo verdadeiro que as pessoas cegas não percebem as informações visuais, isso é insuficiente para determinar se uma dessas pessoas, como indivíduo particular, sabe ou não escrever, ler, desenhar, usar o computador, comunicar-se em idiomas estrangeiros, escrever ou ler em Braille.

Analogamente, sabe-se que as pessoas surdas não compreendem as informações sonoras, entretanto não se pode generalizar o uso específico dos sistemas “Tadoma” ou “Brailletátil”. Esse conjunto integrado de componentes regularmente inter-relacionados e interdependentes criados para auxiliar a comunicação dessas pessoas significa um modo de interação em que se usam as mãos para sentir o movimento do maxilar da pessoa que fala e, assim, entender o que ela está dizendo. Esse formato de comunicação não pode ser uma receita universal. Cada identidade é singular e deverá ser tratada dessa forma.

## Em busca da identidade

Elaborem uma conexão de ideias entre a categorização do “povo surdo”, na perspectiva de Carvalho & Campello (2022), e os estudos culturais de Hall (2006), com a proposição de que a identidade de um sujeito não é fixa. Ou seja, o autor afirma que a identidade está em constante processo de construção e ressignificação. Considera que tal processo, por meio de nossas identidades culturais, tornou-se provisório, variável e problemático. Nossos tempos produzem um sujeito pós-moderno, não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Tem-se uma identidade móvel que se articula no sistema cultural da sociedade, no seio da qual somos representados ou interpelados. Essa premissa estabelece relações e semelhanças exacerbadas pela própria surdez e evidenciadas nas categorizações de Carvalho & Campello (2022).

Além disso, aponta Castells (2018) que a identidade se refere a um processo móvel de construção de significados pessoais com o embasamento na cultura ou um conjunto cultural, reforçando a ideia inicial de categorias e de mobilidade. Em virtude desse processo, o autor relata a existência de três tipos de identidades: (I) a legitimadora, difundida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e controlar sua dominação em relação aos atores sociais; (II) a identidade de resistência, criada pelos atores que estão em condições desvalorizadas ou

estigmatizadas pela lógica da dominação, criando, assim, veredas de resistência e sobrevivências; e (III) a identidade de projeto, quando os atores sociais usufruem de qualquer tipo de material cultural que possa utilizar e constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição social.

Ao articularmos tais tipos às identidades surdas, consideramos sua multiplicidade e diversidade. Com essa interpretação, grupos étnicos migram da identidade de resistência para a identidade de projetos, dependendo do vínculo que venham a estabelecer. E isso ocorre porque possuem um elemento forte, a experiência visual. Esse tipo de bagagem que a visão proporciona dá origem à cultura surda que, por sua vez, dá início às línguas de sinais em contrapartida às culturas audistas<sup>7</sup> e línguas orais. Explicando melhor: muitos surdos podem se reconhecer enquanto tais e expressar sua identidade surda, outros podem não se reconhecer e tentar reafirmar uma identidade ouvinte; e há outros que podem transitar nessas duas possibilidades ao interagirem com a comunidade surda e a comunidade ouvinte. Para além desse campo de transição entre o “povo surdo” e as pessoas ouvintes, as situações sociais diversas que ocorrem dentro desses dois grupos provocam constantes processos de ressignificação de suas identidades, ora resistindo, ora criando projetos e enquadrando-se na base conceitual das três identidades propostas por Castells.

Complementarmente, aspectos importantes do cotidiano do “povo surdo” podem ser destacados na cultura surda, como, por exemplo: língua de sinais, história dos surdos, pedagogia dos surdos, educação bilíngue, esportes surdos, literatura surda, artes surdas. Em outro momento, sobressaem-se os modos de sentar-se, comer, enfrentar certas situações em público, reunir-se, prosear, iluminar um ambiente<sup>8</sup>, montar suas casas, mesas, salas de aula<sup>9</sup>, etc.

Nessa perspectiva, Strobel (2008, p. 38) também traz alguns artefatos culturais, explicados pela autora como “artefatos mais importantes que ilustram a cultura do povo surdo, isto é, as suas atitudes de ser surdo, de ver, de perceber e de modificar o mundo”. Essa movimentação acontece ao longo da experiência de vida com surdez em situações do cotidiano. Muitas pessoas de relevância histórica na sociedade, tais como o ator Lou Ferrigno, de “O incrível Hulk”, o inventor Alexander Graham Bell e músicos como Beethoven e Evelyn Glennie, por exemplo, tiveram trabalhos muito valorizados, porém, com a condição humilhante da omissão da surdez. Nas palavras de Strobel:

Existe um tipo de “jogo de espelhos” nas representações do surdo que forma redes de forças e estratégias de poderes de ambos os lados, e se refere às práticas dos sujeitos famosos, sobre as suas percepções cotidianas nos vestígios históricos da sociedade, envolvendo identidades surdas camufladas, isto é, mascaradas (Strobel, 2007, p. 19).

Historicamente, era inconcebível o reconhecimento de talentos e habilidades de pessoas surdas. Era banida qualquer notoriedade de seu trabalho, de sua capacidade intelectual ou artística. Em nosso entendimento, isso soa como repressão ao reconhecimento da identidade surda. Nesse alinhamento é que Silva (1998) aponta que os grupos sociais entram em emancipação mediante aquilo que apreendemos com similaridades opostas:

A identidade cultural ou social é o conjunto dessas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são, entretanto é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos (Silva, 1998, p. 58).

O medo da definição pejorativa existe no convívio social e está enraizado em todos os pequenos grupos que se percebem “diferentes” ou “anômalos”. Tal situação também ocorre com os surdos. É constatável que o medo de cenários vexatórios de enfrentamento social desastroso perpetua a discriminação e o preconceito arraigados fortemente contra o “povo surdo”, infelizmente, ainda naturalizado em nossos dias.

Nesse sentido, afirmamos que integrantes de minorias que desejam preservar sua

7 Culturas audistas são a cultura do som. Muitas vezes, o critério de normalização dos surdos é a necessidade de audição, daí, cultura audista.

8 Enquanto o ouvinte pode sentar-se em ambientes escuros, os surdos preferem ambientes iluminados.

9 Uso cadeiras em posição de círculos que favorece a posição de olhar uns para os outros.

identidade precisam definir-se em oposição à maioria. Quanto mais a coletividade nos aceita, mais vigorosamente precisamos encabeçar nossas lutas e conquistas, visto que a identidade separada desmorona se o pequeno grupo permitir sua integração no mundo da maioria.

## Considerações finais

É sempre bom lembrar que o ser humano está em constante criação, reprodução ou alteração de sua identidade, seja qual for a sua origem ou causa, pode manifestar-se por uma escolha política, ideológica ou linguística. Por isso, as categorizações de identidade podem ser momentâneas, até mesmo fantasiadas. A identidade “plenamente unificada, completa, segura e coerente” é uma fantasia (Hall, 2015, p.12). Com a investigação que deu origem a esse artigo, pudemos constatar que, no processo identitário, as pessoas, muitas vezes, não percebem que estão em um processo contínuo e constante de construção/reconstrução das suas identidades.

Sem dúvida, entender uma pessoa surda em sua diferença e identidade é um processo complexo e laborioso, porque abrange inúmeras questões: sociais, familiares, políticas, linguísticas e culturais. Constatamos que existem identidades ricas em diversidade e multiplicidade, que sofrem variação de acordo com o contexto. Ocorre que não consideramos adequados os rótulos; assim sendo, em determinado grupo, por maior e extremo que seja o contato entre seus sujeitos, suas identidades podem ser diferenciadas.

Isso nos leva a acreditar que em cada ambiente, diante de um contexto cultural diferenciado, vai ser possível que sujeitos surdos construam a ‘identidade surda’, cujo emprego será alternado, dependendo de cada experiência que o provoque. As diversas identidades revelam seus processos de ressignificação cultural quando se posicionam e se manifestam diante das pessoas ouvintes. A maioria dos surdos – condição com que pactuamos – quer construir suas identidades, quer a quebra de estereótipos que os vilipendiam todos os dias. Queremos mostrar à sociedade a capacidade que temos de estudar, trabalhar, nos divertir como qualquer outra pessoa. Embora longe do ideal, a cultura surda vem ganhando espaços e fortalecendo sua comunidade.

Nosso propósito, com esse estudo, vai além de buscar discutir e compreender a problemática identitária que envolve o “povo surdo”, almeja também sustentar que os ouvintes precisam aceitar que as pessoas surdas possuem identidades diferentes; por conseguinte, interagem de forma diferente, usam um idioma diferente e reivindicam respeito.

O uso da língua de sinais para a comunidade surda é o passaporte primordial para a criação de sua identidade e a sociedade ouvinte deve aceitar isso como premissa. Algumas vezes, o contato entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda sofre um choque cultural identitário e linguístico, devido às diferenças de cultura e de idioma. A Libras, na modalidade visual espacial, e o Português oral auditivo, em alguns casos, causam grande estranheza por parte dos ouvintes.

Nessa complexidade de relações, também ocorrem surpresas. Muitos sujeitos entendem e sabem a necessidade dos surdos e os acolhem. Esses sujeitos se dispõem a entender a cultura e a identidade surda e começam a vivenciar o desafio de conviver com essa comunidade singular. Retomando a noção de alteridade e seu importante papel no estudo da identidade do “povo surdo”, é indiscutível que, sem o contato constante com o contrário, com o outro, não é possível atingir o “eu”. A alteridade pode ser associada a um elo de corrente que une o “eu”, o “ser surdo”, a “identidade” própria do surdo, chamando para si todas as diferenças e fortalecendo-as, unindo-as aos demais, aos ouvintes.

Nesse sentido, as identidades surdas são, muitas vezes, desconcertantes devido à sua existência entre outras identidades, as quais pode pertencer. Isso implica assimilar que existe uma tendência à categorização para mostrar aos ouvintes que não somos todos iguais, somos singulares.

## Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGANT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 185-228.

BHABHA, Homi Kharshedji. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 177-203.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm) Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 01 maio 2023.

CARVALHO, Vilmar Fernando; CAMPELLO, Ana Regina Souza. e. A existência de quatorze (14) identidades surdas. **Humanidades e Inovação**, Palmas -TO, v. 9, n. 14, p. 139-152, nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 9. ed., V. 2 rev. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

DERRIDA, Jacques. La différence. *In*: DERRIDA, Jacques. **Marges de la Philosophie**. Paris: Les Éditions de Minuit. Collection «Critique», 2003.

FERREIRA, Priscilla Leonnor Alencar. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica**. 2018. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em Ensino, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, Bahia, 2018.

GESSE, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GRANADO, Letícia Fernandes Garcia Wagatsuma. **Identificação de Estratégias de Interpretação Simultânea Intramodal – Sinais Internacionais para Libras**. Mestrado (Dissertação em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015.

LOBATO, Lodenir. **Kaapor**: a outra língua de sinais brasileira. Disponível em: <https://desculpenaooovi.com.br/kaapor-a-outra-lingua-de-sinais-brasileira>. Acesso em: 31 maio 2023.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **O surdo na América**: vozes de uma cultura. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1988.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. *In*: SKLIAR, Carlos Bernardo (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 51-73.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos Bernardo (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-73.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF Fenart, Joceylyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos



linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, Flaviane. Professores Surdos: Identificação ou Modelo? *In*: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 86-99.

SANTANA, Araceli Catieli Ferreira de; SANTANA, Ericson Gustavo José de. A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda. *In*: VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU). **Anais [...] Maceió**. 2020, p. 1-12. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA11\\_ID3508\\_29062020120959.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA11_ID3508_29062020120959.pdf). Acesso em: 19 dez. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Contrabando, incidentes de fronteiras**: ensaios de estudos culturais em educação. Porto Alegre: Sulina, 1998.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SOLOMON, Andrew. **Longe da árvore**: pais, filhos e a busca da identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, Regina Maria de; RODRIGUES, José. Raimundo. **Ferdinand Berthier (1803-1886)**: erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para o nosso presente. Curitiba: Editora CRV, 2021.

STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. *In*: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 18-37.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Universidade Federal Santa Catarina, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**: língua de sinais no papel e no computador. Tese (Doutorado em Informática na Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

Recebido em 05 de junho de 2023.  
Aceito em 11 de agosto de 2023.